



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**WINNIE JULIA FERREIRA DA ROCHA**

**A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA ROSA E A BUSCA PELO SEU  
PROTAGONISMO NA HISTÓRIA.**

**CAMPINA GRANDE  
2023**

**WINNIE JULIA FERREIRA DA ROCHA**

**A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA ROSA E A BUSCA PELO SEU  
PROTAGONISMO NA HISTÓRIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao curso de licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em História.

**Área de concentração:** Identidade

**Orientador:** Prof. Dra. Hilmaria Xavier Silva

**CAMPINA GRANDE  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R672c Rocha, Winnie Julia Ferreira da.  
A comunidade quilombola de Santa Rosa e a busca pelo seu protagonismo na história [manuscrito] / Winnie Julia Ferreira da Rocha. - 2023.  
25 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Hilmária Xavier Silva, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Comunidade quilombola. 2. Protagonismo. 3. Racismo.  
4. Negros. I. Título

21. ed. CDD 981.33


WINNIE JULIA FERREIDA DA ROCHA

A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA ROÇA E A BUSCA PELO SEU  
PROTAGONISMO NA HISTÓRIA.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao  
curso de licenciatura em História da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Graduada em História.  
Área de concentração: Identidade

Aprovada em: 27/06/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Hilmaria Xavier Silva (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Ofélia Maria de Barros  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª. Me. Alcione Ferreira da Silva (Examinadora Externa)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“A história da raça negra ainda está por fazer,  
dentro de uma história do Brasil ainda a ser  
feita.”

(Beatriz Nascimento)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Arvore genealógica.....	12
Figura 2 e 3 - Reunião da associação com a PROCASE .....	15
Figura 4 e 5 - Ação do III intercambio quilombola .....	16
Figura 6 e 7 - Exterior e interior do banco de sementes.....	16
Figura 8 - Comunidade reconhecida.....	19
Figura 9 - Mapeamento realizado na comunidade .....	20
Figura 10 - Sede do quilombo .....	20
Figura 11 - Escola do quilombo .....	21

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASA - Articulação do semiárido

ECQ - Estudo do componente quilombola

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

FDP- Fundação Cultural de Palmares

PROCASE - Projeto de desenvolvimento sustentável

SEMDH - Secretaria do estado da mulher e da diversidade humana

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>A GÊNESIS DA FAZENDA QUE SE FEZ QUILOMBO.....</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>CONHECENDO A SUA DESCENDÊNCIA.....</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>SABEMOS QUEM SOMOS E O QUE QUEREMOS.....</b>	<b>14</b>
<b>5</b>	<b>SOU MULHER, NEGRA, QUILOMBOLA E TENHO ORGULHO.....</b>	<b>17</b>
<b>6</b>	<b>MINHA ANCESTRALIDADE NÃO SERÁ ESQUECIDA.....</b>	<b>18</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>



## **A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA ROSA E A BUSCA PELO SEU PROTAGONISMO NA HISTÓRIA.**

Winnie Julia Ferreira da Rocha<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo tem o propósito de contrapor o silenciamento histórico da Comunidade quilombola de Santa Rosa, localizada no município de Boa Vista - PB, sabendo que a história tradicional sempre buscou exaltar e protagonizar o homem, branco e europeu e que no contexto do Brasil não é diferente, quando citados os personagens pretos, sempre estão caracterizados como escravizados, passíveis e a margem da história, partindo desse ponto, o estudo busca romper com essa prática histórica colocando a comunidade como protagonista da sua história, e resistentes ao racismo que vivenciaram durante toda a sua trajetória, retratando seu desenvolvimento como quilombolas a partir de memórias que atravessam o tempo e são ressignificadas pela oralidade e vivência da comunidade. Para isso temos como objetivo investigar o lugar social ocupado por Santa Rosa na história oficial, antes da comunidade ser reconhecida como quilombola, para então entender a formação da comunidade através dos relatos dos mais velhos, e como a história é percebida ao seu olhar, e por fim através das pessoas que acompanharam o processo de reconhecimento quilombola buscar compreender a forma que a população reivindicou o seu protagonismo na história do município e analisar a participação das mulheres quilombolas nesse processo e o desenvolvimento social da comunidade após o reconhecimento quilombola. A pesquisa do tipo qualitativa, teve como metodologia a utilização de relatos orais da comunidade, a partir de entrevistas feitas com a então presidente do quilombo Edilene Monteiro e outras com a comunidade onde já foram publicadas, além da análise feita sobre o “Estudo do componente quilombola” realizado pela NeoEnergia em 2019, o artigo da historiadora Cibelle Jovem Leal “Nas trilhas da luta pelo reconhecimento étnico quilombola da Comunidade Rural Santa Rosa em Boa Vista-PB: Um pouco do histórico da comunidade, através de relatos das moradoras e moradores mais antigos” publicado em 2018, como também os livros escritos por Francisco de Assis Ouriques Soares “Boa Vista de Santa Rosa” publicado em 2003 e “Fazendas e Famílias: história da pecuária de Boa Vista” escrito pelo Dr. em agronomia Isaias Vitorino Batista de Almeida escrito e publicado em 2022, esses dois últimos que descrevem a história de boa vista e de suas famílias mas que não tem viés acadêmico ou historiográfico, tratando-se de relatos saudosistas. Sendo então, está pesquisa a primeira de caráter historiográfico, não só sobre o temo quilombola, mas também sobre parte da história de Boa Vista, estando amparadas teoricamente pelos conceitos de identidade atribuídos por Stuart Hall, assim como o conceito de racismo estrutural descritos por Silvio Almeida, e de branquitude descritos por Cida Bento, fazendo-se necessário para romper com o silenciamento histórico e amnésia coletiva que paira sobre a participação dos negros na história.

---

<sup>1</sup> [winniejulia@hotmail.com](mailto:winniejulia@hotmail.com)

Graduada no curso de História pela Universidade Estadual da Paraíba, no ano de 2023, fez parte do grupo de extensão NUPEHL, e também do grupo de extensão terra, coordenado pelo NEAB-í onde encontrou-se com o tema dessa pesquisa.

**Palavras - chaves:** Silenciamento. Comunidade quilombola. Protagonismo. Reconhecimento. Racismo.

## ABSTRACT

This article has the purpose of opposing the historical silencing of the Quilombola Community of Santa Rosa, located in the city of Boa Vista - PB, knowing that traditional history has always search for to exalt and highlight men, whites and Europeans and in the context of Brazil it is no different, when black characters are mentioned, they are always characterized as enslaved, passives and the margins of history, starting from this point, the study seeks to break with this historical practice by putting the community as the protagonist of its own history, and resistant to the racism that they experienced throughout their trajectory, portraying their formation as quilombolas from the memories that cross time and are resignified by orality and the community experience. For this, we aimed to understand how the history of the black territory of the city of Boa Vista, before being recognized as a quilombo, is described from the perspective of official history, to then analyze the formation of the community through the reports of the old logs, and how history is perceived in their eyes, and finally through the people who accompanied the quilombola recognition process, seek to understand how the population claimed their role in the history of the town and analyze the participation of quilombola women in this process and community development after quilombola recognition. Being supported by the concepts of identity attributed by Stuart Hall, as well as the concept of structural racism introduced by Silvio Almeida, and of whiteness felt by Cida Bento, making it necessary to break with the historical silencing and collective amnesia that hangs over the participation of blacks in history.

**Keywords:** Silencing. quilombola community. Exalt. Recognition. Racism.

## 1 INTRODUÇÃO

O caminho para a produção deste texto está ligado a toda a minha trajetória familiar e todas as histórias que ouvi até aqui, mas o que uma mulher branca tem a falar sobre uma comunidade negra? Para isso, vou começar contando a minha história, fui criada na cidade de Boa Vista, uma cidade pequena no interior da Paraíba em que todos se conhecem e perguntam de quem você é filha ou neta, sendo eu, neta de uma mulher branca com um homem negro, de um casamento que não foi apoiado pelos pais, cresci ouvindo muitas histórias de cunho racista, meu avô que era padeiro da cidade sempre contava que mesmo fazendo o melhor pão da região muitos não compravam, por ele ser negro. Cresci ouvindo sobre ruas que só moravam pretos e sobre segregações de várias regiões e espaços sociabilidade da cidade, compreendia que a história dessas pessoas deveria ser contada, e a vida se encarregou de me colocar no curso de História, já na disciplina de África entendi como a tradição oral é de suma importância para a história do continente, assim como a ancestralidade e a cultura de contar a sua história oralmente de geração em geração, entendi também o genocídio que a população africana sofreu como diáspora, e com a escravização, fazendo com que a sua história e tradição fossem ceifadas, sempre retratados como um povo “sem história”, isso se perpetuou durante séculos, no Brasil os livros de história, principalmente os didáticos, colocam a população negra como aqueles que foram escravizados, citam apenas parágrafos sobre

revoltas, ou quilombos, mas nunca se prolongam no assunto. Já na formação da Paraíba assim como das suas cidades, não é diferente, a história sempre é pautada no desbravamento das regiões por Capitães Mor, conhecidos historicamente e exaltados nos livros de história. Mas quem está por trás dessa história? Quais foram as mãos que se sujaram e calejaram para construir casas e cidades? Essa inquietação, junto a toda as inquietações que a vida me fez ter provocou a pensar no processo de colonização e povoamento do que hoje é a cidade de Boa Vista, o contexto que não é diferente, a presença do Capitão Mor Teodósio de Oliveira Ledo e sua família, contados por muitos com orgulho e prestígio, está nos livros de histórias locais o-exaltando como heroico que colonizou os “bárbaros” e povoou terras com sua descendência, entretanto por trás desse processo de colonização existem as pessoas que foram escravizadas para que esse desenvolvimento acontecesse. O presente texto busca trazer para dentro da história acadêmica o estudo sobre a formação da Comunidade Quilombola de Santa Rosa, que teve sua participação no processo histórico da cidade, mas que fica a margem por não seguir a linha tradicional, dessa forma seguindo um outro viés, indo na contramão da história tradicional que exalta o homem, branco e europeu, colocamos em pauta questões raciais, identitárias e de sociabilidade que caracterizam a formação dessa comunidade.

Para isso foi realizado uma pesquisa na atual comunidade remanescente quilombola de Santa Rosa que se localiza a 5 quilômetros do centro da cidade de Boa Vista, visando conhecer o outro lado da história de Boa Vista, dando visibilidade a riqueza que está na história contada oralmente pelos troncos velhos e passada entre gerações; com o objetivo de investigar o lugar social ocupado por Santa Rosa na história oficial da cidade, antes da comunidade ser reconhecida como quilombola, para então analisar a formação da comunidade através dos relatos dos troncos velhos<sup>2</sup>, e como a história é percebida ao seu olhar, por fim através das pessoas que acompanharam o processo de reconhecimento quilombola buscar compreender a forma que a população reivindicou o seu protagonismo na história do município e analisar a participação das mulheres quilombolas nesse processo e o desenvolvimento social da comunidade após o reconhecimento quilombola.

Trazer esse novo olhar para a história é de suma importância para romper com o silenciamento das narrativas que há nos livros de história com relação a população negra e a sua ancestralidade, que tem um papel de grande significado no processo de formação do Brasil como um todo, mas que não é valorizado, estando a comunidade quilombola de Santa Rosa em meio a esse significado. Assim como no meio acadêmico, que está se abrindo a passos lentos para falar das minorias, entretanto, ao trazer um trabalho sobre uma comunidade quilombola, localizada no cariri paraibano para o meio acadêmico, não apenas quebra padrões históricos como também coloca a comunidade dentro da academia, sendo representada e descrita.

A pesquisa se dividirá em três partes: a primeira abordará o início do que hoje vem a ser o quilombo, para isso vamos voltar ao passado, no início da colonização da cidade, para compreender como se deu a participações dos primeiros que povoaram a terra desde a sua chegada até sua forma de viver e se relacionar, quebrando o preceito do senhor benevolente e democracia racial que paira sobre o contexto histórico local. A segunda parte visa um passado não tão distante, buscando entender como foi o processo de se identificar como população remanescente quilombola e a busca por esse reconhecimento legal, dando um foco na participação significativa que as mulheres quilombolas tiveram para esse marco. Por último pensar no contexto atual da comunidade, como ela vê o reconhecimento e como isso agregou ao território através das políticas públicas realizadas, pensando também qual o lugar social dessa comunidade reconhecida dentro da cidade de Boa Vista.

---

<sup>2</sup> Nome faz referência aos mais velhos.

Pesquisa do tipo qualitativa, teve como metodologia utilização de relatos orais a partir de entrevistas feitas por mim com a então presidente do quilombo Edilene Monteiro, tendo em vista que a mesma vivenciou muitas fases do que vem a ser o quilombo e participou ativamente do processo de reconhecimento. Foi também utilizada para a análise o artigo da historiadora Cibelle Jovem Leal “Nas trilhas da luta pelo reconhecimento étnico quilombola da Comunidade Rural Santa Rosa em Boa Vista-PB: Um pouco do histórico da comunidade, através de relatos das moradoras e moradores mais antigos” publicado em 2018, onde foram entrevistados alguns idosos que já não estão mais entre nós, sendo este artigo de suma importância para o processo de reconhecimento. Também analisamos o “Estudo do componente quilombola” realizado pela NeoEnergia em 2019, como também os livros escritos por Francisco de Assis Ouriques Soares “Bôa Vista de Santa Roza” publicado em 2003 e “Fazendas e Famílias: história da pecuária de Boa Vista” escrito pelo Dr. em agronomia Isaias Vitorino Batista de Almeida escrito e publicado em 2022, esses dois últimos utilizaremos com um olhar crítico a historiografia que é contada sobre a cidade, pois, percebe-se que nenhum dos livros escritos sobre a História da cidade de Boa Vista, ou suas comunidades foi dentro de um lugar da história ou acadêmico, não foram utilizados os aparatos necessários que a historiografia e a academia nos exige, sendo estes escritos como forma saudosistas a linhagens passadas e sempre no mesmo viés familiar, desta forma este artigo, tratasse do primeiro a falar historicamente sobre a comunidade quilombola de Santa Rosa. Para dialogar com o tema, foi utilizado como referencial teórico os conceitos de Stuart Hall sobre identidade e cultura, assim como as definições de racismo estrutural descritas por Silvio Almeida, e por último a análise de Cida bento sobre a branquitude, com o intuito de através dessa pesquisa incluir a história quilombola de Santa Rosa no contexto historiográfico da Cidade de Boa Vista, que por muito tempo foi deixado a margem, não representando a todos, para que a comunidade se reconheça nessa história oficial, e se veja descrita também como parte de um todo, mas que tem sua *identidade e diferença*<sup>3</sup> preservadas, por serem quem são e viverem o que viveu.

## 2 A GÊNESIS DA FAZENDA QUE SE FEZ QUILOMBO:

A primitiva fazenda Santa Rosa fazia parte da sesmaria do rio Parahyba e foi fundada em 1666 por Teodósio de Oliveira Lêdo, recebe o nome *Data de Santa Rosa* quando em 1744 após a morte de seus pais (Teodósio de oliveira Lêdo e Izabel Paes) e marido (Agostinho Pereira Pinto), Adriana de Oliveira Lêdo que administrava a fazenda desde sua edificação solicitou o aumento de terras devido a quantidade de rebanho, dessa concessão de terras novas fazendas foram surgindo e sendo povoadas e administradas pelos herdeiros dos Oliveira Lêdo.

O parágrafo a cima, faz referência a história contada nos livros de genealogia das famílias que fazem parte da formação da cidade de Boa Vista, os Olivera Lêdo estão presente em quase todas as famílias, formadas em novos territórios sejam por casamentos consanguíneos ou sucessão familiar como é o caso da *Fazenda Santa Rosa*, que passa a ser administrada por Antônio Pereira de Araújo em 1760, esse que era trineto de Teodósio, e assim a fazenda seguiu em uma sucessão de donos e herdeiros que expandiam seu território. Dessa sucessão alguns nomes entram em destaque para o território que virá a ser o quilombo, como é o caso da herdeira Adriana Francisca de Araújo e seu marido Manuel Pereira Pinto (Maneco) que seguem a administração da fazenda, sendo prestigiados por serem donos de uma grande criação de gado existente na época. O autor Isaias Vitorino retrata em seu livro

<sup>3</sup> Referência ao livro:

Silva, Tomaz Tadeu da

Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org), Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

“Fazendas e Famílias” que Maneco era considerado o maior criador de gado da região, o casal tivera 9 filhos, entretanto, é sua filha que nos chama atenção:

Inês de Araújo Soares tinha idade avançada quando se casou com *Miguel Alves Monteiro*, por isso não teve filhos. Ele era irmão de Francisco Alves Monteiro e *Antônio Alves Monteiro (Seu Monteiro)*, filhos de Maria Rosa, naturais do sítio São Tomé, Alagoa Nova – PB. [...] Antônio Alves Monteiro (Seu Monteiro) foi destacado vaqueiro de Manuel Pereira Pinto (Maneco), servindo sua família por toda a vida e, como recompensa pelos serviços prestados na primitiva fazenda Santa Rosa, tornou-se proprietário das terras do outro lado do rio. (VITORINO, 2022, p.198)

Essa terra cedida vem a dar início a formação do que hoje é a comunidade quilombola de Santa Rosa. Não se tem a data específica nos registros históricos de quanto essa terra foi cedida, mas com base nas datas de nascimento dos donos da fazenda descritas por Vitorino: “Adriana Francisca de Araújo nasceu em 1774 e faleceu em 1864, aos 90 anos. Manuel Pereira Pinto (Maneco) nasceu em 1772 e faleceu em 1865, aos 93 anos” (2022, p.193). Assim como também a do escravizado “Antônio Alves Monteiro (Seu Monteiro) nasceu em 1836 e faleceu em Santa Rosa, no dia 12 de dezembro de 1933, aos 97 anos.” (2022, p.199). Dessa forma podemos compreender que a terra cedida foi ainda durante o período de escravização, visto que se compararmos a relação de datas de nascimentos e falecimentos com as datas em que a Lei do ventre livre foi assinada, em 1871, como também a Lei áurea, em 1888, entendemos então, que esta terra não foi cedida como apenas uma oferta de agradecimento e benevolência, mas que essa era prática cujo nome é pronto campesinato escravo<sup>4</sup>, a qual refere-se à doação de terras pelo proprietário da fazenda ao escravizado, para que o mesmo forme sua família e produza, sendo parte dessa produção pertencente ao dono da fazenda. Porém, ao nos aprofundar um pouco mais sobre esse assunto entendemos que essa prática não era uma benfeitoria como parece ser, em seu livro “Escravo ou Camponês” *Ciro Flamarion* faz referência ao conceito de Brecha camponesa descrito por *Stuart B. Schwartz* em que os escravizados teriam então dois dias livres para plantar e vender aquilo que cultivava, seria essa uma então conquista da luta dos escravizados dentro de um processo de transição econômica. Porém não eram todos os escravizados que recebiam esse “benefício” assim como não eram todos os senhores de escravos que realizavam essa prática. Ao que se entende, essa prática poderia ser também uma forma de se abster das responsabilidades para com o escravizado, como em questões de alimentação e moradia, onde em seus dias de “descanso” o escravizado teria que trabalhar em sua plantação e realizar as trocas e vendas por outros mantimentos.

Quando analisamos a historiografia local percebemos a lacuna que há na sobre a referência de pessoas que foram escravizadas e sua história na cidade, porém mesmo não sendo referenciados nos dois livros em que tratam do contexto de formação da cidade e famílias de Boa Vista, os primeiros a povoar o outro lado do rio, que hoje é considerado território quilombola, foram escravizados, no livro de *Francisco de Assis Ouriques Soares* “Boa Vista de Santa Roza” o mesmo não inclui em seu livro sobre os negros que viviam do outro lado do rio, *Francisco de Assis* descreve apenas como era a convivência dos negros em geral na cidade onde “os escravos, ao que se sabe, viviam em comunhão com os seus senhores, chegavam a dividir o mesmo espaço da casa e até da mesa, numa convivência supostamente pacífica e a harmoniosa” (2003, p.183). O mesmo ainda usa o conceito de *Gilberto Freyre*, de democracia racial, para demonstrar como era a relação de senhores e escravizados. Já *Isaias Vitorino*, inclui em seu livro a história da povoação do outro lado do

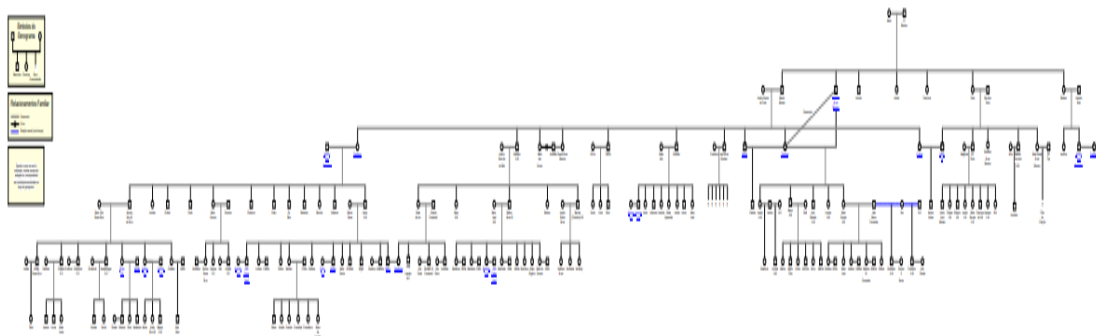
---

<sup>4</sup> Ler *Ciro Flamarion Cardoso*

rio, mas não os caracteriza como escravizado, apenas como vaqueiros. Entende-se que a formas de escravização eram vastas e ao depender da região as formas de trabalho escravo eram diferentes, como dito acima Maneco era grande criador de gado, dessa forma *Antônio Alves Monteiro* seria então um “escravo vaqueiro”.

Após se casar com Maria Rosalina de Santana - a quem os netos diziam ser filha de caboclo<sup>5</sup> bravo - Antônio Alves Monteiro forma a sua família do outro lado do rio, a família Alves Monteiro. Dessa união nasceram oito filhos: Sebastião Alves Monteiro, Antônio Alves Monteiro Filho, Barbara Maria da Conceição, Clara Maria da Conceição, Francisca Maria da Conceição, Josefa Maria da Conceição, Manuel Alves Monteiro e Joaquim Alves Monteiro. Essa família cresceu e gerou frutos, os descendentes de Antônio e Maria Alves Monteiro, que tanto ouviam a história dos mais velhos sobre a formação da comunidade de Santa Rosa passaram a buscar seus direitos.

**Figura 1:** Arvore genealógica da Família Alves Monteiro



**Fonte:** ECQ - Neoenergia (2019)

### 3 CONHECENDO A SUA DESCENDÊNCIA:

A busca por reconhecer os seus direitos se inicia junto ao processo de conhecer a sua própria história, a então representante do Quilombo Santa Rosa, Edilene Monteiro Fernades, de 33 anos, que está à frente da comunidade quilombola desde a busca pelo reconhecimento que inicia em 2013, carrega consigo as lembranças da sua ancestralidade e o peso do racismo vivido não só por ela como também por toda a comunidade. Quando perguntado a mesma sobre a formação do quilombo, ela nos conta como se deu a formação da comunidade de Santa Rosa:

Boa vista se deu origem através de Santa Rosa, pela base que eu tenho, os relatos dos mais velhos, a comunidade aqui ela existe a mais de 320 anos. Sou descendente de pessoas que foram escravizadas, e o meu descendente é Monteiro Velho, e aí deu origem a família monteiro. Aqui no quilombo Santa Rosa, aqui próximo, teve o Solar de Teodósio de oliveira Lêdo, foi daqui que Teodósio de Oliveira Lêdo saiu

<sup>5</sup> termo utilizado para descrever o descendente de indígena

desbravando a cada solar que ele se abrigava. (Entrevista realizada 30 de setembro de 2022, arquivo pessoal)

Compreendemos através desse relato que a formação da cidade de Boa Vista, e parte do processo de colonização do território carrega marcas não apenas da colonização como também da escravização, isso quem nos conta é Zé preto (já falecido) através do seu depoimento cedido a Historiadora Cibelle Jovem Leal e publicado em artigo pela mesma quando a comunidade ainda buscava o seu reconhecimento.

O meu avô foi escravo. Ele era natural do brejo, de um lugar chamado São Tomé. Aí veio tomar conta de uma fazenda aqui, de uma velha que tinha lá por Geraldo, uma senhora de engenho. Aí deram uma terrinha a ele aqui, em Santa Rosa e formou a família, aí ficou todo mundo aqui. Tudo é família aqui.<sup>6</sup> **(Seu Zé Preto)**

Zé preto era neto de Antônio e Maria Alves Monteiro, filho de Clara Alves Monteiro, seu depoimento vem a ser de suma importância para o reconhecimento da comunidade, pois o mesmo descreve também como eram as condições de vida do seu avô enquanto escravizado:

Ele mesmo e a família falava que ele era escravo. Ele falava que trabalhava muito e era obrigado a fazer tudo o que o patrão mandava fazer. Não tinha liberdade de nada, só fazia o que os patrões quisessem. A minha vó era filha de caboclo brabo, foi criada no mato, mas levaram para São Tomé e lá se casaram.<sup>7</sup> **(Seu Zé Preto)**

Na fala de Zé preto conseguimos identificar não apenas as condições de escravidão que vivia o seu avô, como também sua fala se encaixa ao contexto histórico da época, a região de São Tomé que hoje é anexada a Alagoa Nova, lugar de onde vem os primeiros da família Monteiro, é conhecida por seus engenhos e entre eles está o engenho Geraldo, citado por Zé preto, sabendo que no contexto da história da escravidão no Brasil colônia a presença de engenhos na região nordeste é uma marca da economia e do trabalho escravo, é nesse ponto em que a história oral se entrelaça com os fatos de maneira orgânica, respeitando a individualidade da vivência de cada um. Outro ponto a se destacar é a citada avó, a quem Zé preto caracteriza como filha de “caboclo brabo” essa expressão se refere aos descendentes indígenas, dessa forma os povos remanescentes quilombolas de Santa Rosa, carregam consigo não apenas a descendência africana dos escravizados como também dos indígenas.

“A primeira geração de Santa Rosa foi a família Monteiro (...) Uma pessoa contou que os Monteiros tiveram relação com a escravidão. Sobre a família tudo morena, tudo aquilo outro, entre marido e mulher, tudo de uma relação só, tudo de um jeito só, para não se ‘espalhar’”<sup>8</sup> **(Josefa Estevão de Mel)**

O depoimento acima de Dona Zefa, como era conhecida, nos faz compreender as camadas que o racismo atinge, onde “para não espalhar” a comunidade se via afastada não apenas no quesito territorial, e social, como afetivo também, o resultado disso foram muitos casamentos consanguíneos como é o caso de Antônio Silva, conhecido por todos como Barramina:

<sup>6</sup> <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/2018/12/a-comunidade-negra-de-santa-rosa-na.html>

<sup>7</sup> <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/2018/12/a-comunidade-negra-de-santa-rosa-na.html>

<sup>8</sup> <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/2018/12/a-comunidade-negra-de-santa-rosa-na.html>

Mamãe nasceu aqui em Santa Rosa, numa casa velha que tinha ali na beira da estrada. Papai era do Brejo. Eram primos um do outro, num sabe? Eu nasci em Lagoa Seca, de Lagoa Seca para Baixo, num lugar chamado de Mineiro, Mineiro de Lagoa Seca como é conhecido. Eu vim pra cá com quatro anos. Meu pai morava aqui, aí foi para Lagoa Seca e depois voltamos.<sup>9</sup> (**Seu Antônio Silva**)

O conhecimento da sua própria História, fez com que a comunidade entendesse a sua identidade e passasse a buscar os seus direitos, esse conhecimento se iniciou individualmente e partiu para o coletivo como Comunidade.

“Negra com todo orgulho. A gente aqui é uma família só, desde meus avós que é tudo negro. Minha mãe fazia panela de barro, era parteira”<sup>10</sup> (**Dona Joseane de Lima Monteiro**)

“Me considero, também. Se eu sou mesmo, né? Eu sou neto de escravo. [...] A família negra. A minha mãe e o meu pai é mesmo que tá me vendo (...) eu me considero negro, filho de negro”<sup>11</sup> (**Seu Zé Preto**)

“Eram pretinhos. Pai Monteiro e Mãe Maria eram pretinhos. Eu sou um neguinho, desses negrinhos pretinhos” (risos)<sup>12</sup> (**Antônio Silva**)

Como cita Silva, “a identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação, é por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido.” (2014, p. 91). Essa representação vem para a comunidade através da sua ancestralidade, que se reconhecer como fruto de um processo de escravização, mas que não os diminuem, os tornam mais fortes, e resistentes para buscar aquilo que é deles por direito. O autorreconhecimento da população de Santa Rosa como quilombola faz com que os mesmos entendam seu lugar social e passe a buscá-lo através de seus direitos “as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com a qual elas continuam a manter uma certa correspondência” (HALL p. 108-109), é o caso da comunidade de Santa Rosa que fincaram raízes local e trazer significado ao passado e sua ancestralidade, fazendo das suas vivencias um legado vivo, propagando sua história e representando a sua cultura.

#### 4 SABEMOS QUEM SOMOS E O QUE QUEREMOS:

Quando os negros de Santa Rosa lá em 2013 começam a conversar, através de mim, com algumas negras do quilombo que o que a gente tinha não era esmola, era direito, aí a gente começou a ocupar os nossos espaços, como a gente ocupa até hoje, e daí Santa Rosa começou a ter evolução em todas as áreas, mas a maior foi eu me identificar como negra, que eu já era, mas eu mostrar a minha comunidade o que é ser negro de verdade. (**Edilene Monteiro Fernandes**, entrevista realizada dia 30 de setembro de 2022, arquivo pessoal)

A fala da então presidente do quilombo, marca o pontapé inicial para o processo de reconhecimento identitário da população e a busca por representação.

---

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem



As mobilizações em relação as necessidades da comunidade começaram em 2013 através da associação das mulheres, a ideia foi proposta pela EMATER<sup>13</sup> onde a princípio lá seriam fabricados bolos para comercializar, a ideia, entretanto, não perdurou por muito tempo. Contudo a insatisfação diante das faltas que a comunidade passava permaneceu, e em 2016 o apoio da PROCASE<sup>14</sup> reaviva a associação e dá início aos trametes da busca pelo reconhecimento quilombola, as reuniões da associação que antes apenas mulheres participavam, abriu espaço para os homens também em 2017. Em entrevista a publicada no site da PROCASE Edilene Monteiro, já presidente da associação na época fala o seguinte:

Eu estou muito feliz porque essa Associação vai representar melhorias para a nossa comunidade e trazer projetos. Santa Rosa foi a comunidade que fundou Boa Vista e eu tenho muito orgulho de ser mulher, negra e quilombola e fazer parte desta comunidade. Ninguém jamais vai mais esquecer a gente pois aonde eu for, levarei o nome dessa comunidade.<sup>15</sup> (Entrevista disponibilizada no site da procase)

**Figura 2 e 3:** Reunião da associação com a PROCASE



**Fonte:** (foto disponibilizada no site<sup>16</sup>)

Nesse mesmo ano também foi realizado o III Intercambio Quilombola fazendo com que a comunidade passasse a ter um novo olhar sobre a sua identidade, com o tema “Identidade quilombola: cultura e beleza como formas de resistência”.

Os intercâmbios foram de suma importância para despertar nos moradores o respeito e a valorização pela cultura quilombola, bem como para a valorização de sua ancestralidade negra [...] revivem a nossa cultura, nossa ancestralidade e também ajudam a adquirir direitos. (ECQ, 2019, p.47)

O evento teve como apoio do Governo do Estado da Paraíba, através do Projeto de desenvolvimento sustentável da Paraíba (PROCASE), assim como a parceria da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER), e Prefeitura Municipal de Boa Vista.

<sup>13</sup> Empresa de assistência técnica e extensão rural.

<sup>14</sup> PROCASE: Projeto de desenvolvimento sustentável da Paraíba

<sup>15</sup> <https://www.procasse.pb.gov.br/single-post/2017/04/06/procasse-auxilia-comunidade-quilombola-em-boa-vista-na-cria%C3%A7%C3%A3o-da-associa%C3%A7%C3%A3o-local>

<sup>16</sup> <https://www.procasse.pb.gov.br/single-post/2017/04/06/procasse-auxilia-comunidade-quilombola-em-boa-vista-na-cria%C3%A7%C3%A3o-da-associa%C3%A7%C3%A3o-local>

**Figura 4 e 5:** Ação do III intercambio quilombola

Fonte: (foto disponibilizada nos site<sup>17</sup>)

Essa sociabilidade entra a comunidade e os projetos sociais trouxe força e incentivo para a busca do reconhecimento oficial, visto que a comunidade já se reconhecia como quilombola, mas isso não foi como um todo ou de uma vez, alguns membros foram reticentes com relação ao autorreconhecimento, tendo em vista o racismo que sofria cotidianamente, mas viam através do reconhecimento social que tinham direitos e podiam buscar por eles e melhorar suas condições de vida. Apenas entre os anos de 2016 e 2017 a comunidade conseguiu junto ao apoio da PROCASE a perfuração de 3 poços artesianos onde a cada poço 10 famílias poderiam utilizar, junto com o coletivo regional de agricultura familiar conseguiram o financiamento de 22 cisternas - incluindo a da própria escola Municipal Manoel Alves Monteiro, que foi construída em 1982, e que até o presente momento tinha apenas 1 um reservatório de água mas que não comportava a demanda de uma escola - ainda nesse mesmo ano foi desenvolvido o programa “Sementes do Semiárido” junto a Articulação do Semiárido (ASA), o programa “consiste na criação de um banco de sementes crioulas como forma de resgatar o patrimônio genético e assegurar a segurança e soberania alimentar e nutricional da população do semiárido” (ECQ, 2019, p.48)

**Figura 6 e 7:** Exterior e interior do banco de sementes.

Fonte: ECQ – Neoenergia (2019)

<sup>17</sup> <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/2018/12/a-comunidade-negra-de-santa-rosa-na.html>  
<https://www.procasse.pb.gov.br/single-post/2017/11/29/procasse-realiza-iii-intercambio-quilombola-entre-as-comunidades-apoiadas-pelo-projeto>

Um outro benefício que foi implantado na comunidade foi o Fundo Rotativo Solidário de Ovelhas onde são sorteados 5 jovens da comunidade para receber duas ovelhas. Após as ovelhas procriarem, os jovens devem passar dois filhotes para outros jovens da comunidade que estão aguardando, obrigatoriamente os participantes do programa devem ter mais que 16 anos. E para incentivar ainda mais a participação dos jovens da comunidade a PROCASE concede bolsas no valor de R\$ 440,00 mensais para os jovens que tiverem interesse em trabalhar na agricultura familiar. Esses tipos de projetos fazem com que a comunidade desenvolva sua sustentabilidade movimentando sua economia e gerando renda familiar.

## **5 SOU MULHER, NEGRA, QUILOMBOLA E TENHO ORGULHO:**

Sabemos que os marcadores da sociedade são as diferenças de gênero, raça e classe e que esses dispositivos moldam a sociedade, viver em uma comunidade rural e quilombola já carrega as suas dificuldades, sendo então mulher o peso dobra. Através dessa pesquisa podemos perceber a força da mulher quilombola, ela que está presente em todos os trames, desde a ideia até a concretização do reconhecimento, como dito mais acima, tudo começou a partir das conversas e insatisfações da comunidade, mas as principais pessoas eram as mulheres, tanto é que disso se formou a associação das mulheres. No caso da comunidade de Santa Rosa, as mulheres têm o papel ativo como donas de casa, mães, agricultoras, outras trabalham fora e ainda assim tiveram força e tempo para buscar melhorias para a sua comunidade a partir da associação. No relato sobre a sua vida antes do reconhecimento Edilene Monteiro nos conta um pouco de como era a vida das mulheres da comunidade desde a infância a partir da sua vivência:

Diga ai uma criança negra, sair da sua casa pra trabalhar em casa de terceiros com 8 anos de idade, sabe, você ir na esperança e você todas as noites você chorar por saudade da sua mãe (pausa emocionada). Então, é difícil sabe, trabalhar em casa de terceiro, ganhar 30 reais por mês, que era o que eu ganhava naquele tempo, e assim eu tinha tanta saudade da minha mãe, sabe, não tinha o direito de brincar, e quando eu fui pensava que ia brincar, mas não, fui trabalhar, arrumava a casa, só não cozinhava aquilo que eu não sabia, mas era ensinado, lavava roupa de doze hora uma hora no sol quente no lado do barreiro lavando, sabe, mas eu sou grata a Deus porque pela minha luta de hoje é isso que eu trago a força, sabe, pra meus filhos que não é tristeza pra ninguém trabalhar na casa de família, eu tenho orgulho, porque eu não preciso de cargo, pra ser alguém, eu preciso de saber da minha história, pra alcançar qualquer coisa na minha vida. Mas é muito difícil você sair, e na região todinha do município você pode procurar saber que daqui saiu muitas negras pra trabalhar em casa de família, tem negra hoje que trabalha na cidade faz mais de 30 anos. Se tinha uma festa do Bom Jesus, chama a negra de Santa Rosa, filha de pequena, ou filha de fulana pra trabalhar, a gente passava os 4 dias de festa trabalhando, e hoje em dia você mal encontra, outra pessoa trabalhando, né. Procura uma pessoa ninguém vai, porque, isso aí nos outros cantos não se tinha, se tinha mais onde buscar era no quilombo (**Edilene Monteiro Fernandes**, entrevista realizada dia 30 de setembro de 2022, arquivo pessoal)

Conseguimos a partir dessa fala ter uma percepção de como era o modo de sobrevivência das mulheres, que desde a infância já trabalhavam para ajudar na casa e sobre a falta de assistência e direitos que viviam, assim como o modo que eram vistas as mulheres de Santa Rosa pela população de Boa Vista, sempre como uma força de trabalho, barata e de

fácil acesso, e como hoje depois do reconhecimento essa forma de trabalho análoga à escravidão não é mais aceita pela população.

Assim a minha infância foi muito sofrida, era eu e mais três [...] e meu pai abandonou minha mãe minha irmã mais nova tinha 6 meses, e minha vó já tinha falecido, a gente morava em casa de terceiro porque tinha que tá trabalhando, em cerâmica essas coisas. Meu pai saiu pra trabalhar numa fazenda e nessa fazenda não voltou mais, mainha passando necessidade foi trabalhar na cachorra magra. [...] Mainha trabalhou pra seu Simeão, eu agradeço muito a seu Simeão, foi quem supriu a necessidade e a fome de muitos, minha mãe saia umas quatro horas da manhã, aqui por dentro, seis quilômetros pra chegar na casa dele pra trabalhar, e saia de dez horas da noite, toda noite pra vir pra casa, então assim, foi momentos muito difíceis, de eu sair pra ir pra escola só pra comer, a gente não tinha uma escola de qualidade, era muito velha muito acabada, e a gente saia não era pra estudar, era pra comer. [...] Foi momentos de muita humilhação, mas momentos de muito aprendizado, porque aqui eu me firmei como mulher quilombola, negra e como uma grande agricultora. (Edilene Monteiro Fernandes, entrevista realizada dia 30 de setembro de 2022, arquivo pessoal)

A resignificação que Edilene traz em seu depoimento, mostra a força e perseverança que essa comunidade teve nos dias difíceis, a mesma cita a forma de trabalho pelo qual muitos da comunidade passaram a chamada “cachorra magra” foi um projeto Emergencial do governo na década de 70, onde o trabalho dos agricultores variava em ajudar na plantação, cavar barreiros para os períodos de cheia, construir estradas e em troca os trabalhadores receberiam em forma de vale para poder se alimentar. Essa era uma forma de exploração de trabalho braçal, mas que para muitos era a única forma de trazer alimento para sua família. Percebemos as condições precárias que a comunidade viveu por anos a fio sem ter direito ao básico, e que fizeram a comunidade toda se levantar em busca do que dela é de direito.

## 6 MINHA ANCESTRALIDADE NÃO SERÁ ESQUECIDA

O reconhecimento legal veio para a comunidade em 19 de dezembro de 2018, pela Fundação Cultural de Palmares (FDP), o processo de anos de exclusão social e racismo vivenciado não foi esquecido, mas, resignificado. Assim como citado por Hall, Laclau (1990) demonstra como “constituição de uma identidade social é um ato de poder, pois se uma identidade consegue se afirmar é apenas por repressão daquilo que a ameaça.<sup>18</sup>” Ou seja, aquilo que fez da comunidade diferente e excluída, foi o que também a fez conseguir se levantar como comunidade reconhecida quilombola. Esse reconhecimento vem a partir da *Constituição Federal brasileira de 1988, pelo Decreto 4887/2003, pelo Decreto 6040/2007 e pelos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.*<sup>19</sup> Isso garante com esse reconhecimento direitos que direitos básicos sejam assegurados a comunidade<sup>20</sup>, além da mesma ser beneficiada com projetos sociais direcionados ao quilombo, alguns já foram citados acima, porém muitos vieram após o reconhecimento, entretanto o projeto que gostaria de destacar neste texto foi realizado pela Neoenergia, através do licenciamento ambiental da Linha de Transmissão 500 kv Santa Luzia II – Campina Grande III. Por passar dentro da

<sup>18</sup> HALL, 2014, p.110 apud LACLAU, 1990, p. 33

<sup>19</sup> [Guia de Cadastramento de Famílias Quilombolas \(1\).pdf](#)

<sup>20</sup> Os decretos foram aprovados durante o 1 governo esquerdista do Brasil, sob o comando do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

comunidade quilombola de Santa Rosa assim como também a comunidade Serra do talhado tem por obrigação:

Segundo o Anexo I da Portaria Interministerial nº60, de 24 de março de 2015, em processos de licenciamento ambiental, as Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) que estejam localizadas a cerca de 5,0 km de distância de empreendimentos lineares – como as Linhas de Transmissão (LTs) –, devem ser contempladas com estudos específicos de caracterização e análise de eventuais impactos nos seus modos de vida, nas dinâmicas econômicas, territoriais e culturais. Portanto, o ECQ ora apresentado está em consonância com os princípios legais nacionais, tais como o artigo 68 da Constituição Federal Brasileira, e internacionais, como a Convenção 169 da OIT que versa sobre o direito à consulta livre, prévia e informada dos grupos minoritários que compõem os Estados Nacionais modernos sobre empreendimentos que possam afetar seus modos de vida. (ECQ, 2019, p.1)

**Figura 8:** Comunidade reconhecida quilombola



**Fonte:** Foto disponibilizada no site<sup>21</sup>

A realização desse estudo é de grande importância, pois fez um compilado de toda a trajetória dos quilombolas de Santa Rosa, utilizando a memória, deixando para comunidade toda a sua história documentada e servindo para pesquisas como está, onde essa documentação é utilizada como referencial metodológico. Os ganhos foram vastos, a comunidade que ainda não tem o seu território demarcado pelo INCRA<sup>22</sup> foi mapeada durante o estudo com ajuda dos moradores e das coordenadas geográficas feitas por Software tendo a margem de erro de 30 m.

O território tradicionalmente ocupado pelos comunitários de Santa Rosa mediu, aproximadamente, 3.000 hectares, com perímetro de 27,3 km. A ocupação atual possui aproximadamente 149 hectares e perímetro de 8,15 km. Cabe ressaltar que a delimitação do polígono do território historicamente ocupado possui grande margem

<sup>21</sup> <https://www.neoenergia.com/pt-br/sala-de-imprensa/noticias/Paginas/comunidades-quilombolas-na-regiao-nordeste.aspx>

<sup>22</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

de erro, pois se trata apenas de orientação para este estudo e o cálculo dos possíveis impactos ambientais associados à instalação da LT. (ECQ, 2019, p. 56)

**Figura 9:** Mapeamento realizado na comunidade



**Fonte:** EQC – Neoenergia (2019)

Muito vem sendo conquistado pela população, em quesito matérias e imateriais também a comunidade se sente além de representada socialmente, percebe que o modo de tratamento mudou como é descrito por Mario, um dos moradores da comunidade que dá seu depoimento para o ECQ “hoje somos tratados com outros olhos” (2019, p.50). O racismo estrutural sobre o qual a comunidade viveu não deixou de existir pois como cita Silvio Almeida “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (2020, p. 65) Mas por terem direitos e saberem que têm, as práticas racistas diminuem e ficam mais veladas.

Foi construída a sede do quilombo no ano de 2022, entretanto a mesma ainda não funciona 100% por falta de energia elétrica no local, mesmo a comunidade tendo energia desde 1996, quando necessário em reuniões é utilizado a energia do banco de sementes ou da casa de Edilene Monteiro.

**Figura 10:** Sede do quilombo de Santa Rosa



**Fonte:** Grupo extensão terra

A comunidade ainda está vivenciando as mudanças que vieram com o reconhecimento, e muito ainda falta ser feito, como por exemplo a coleta de lixo, que por não passar pela comunidade, obriga os moradores a queimar o lixo, ou transportar até a cidade. A falta de uma farmácia popular na comunidade e de um posto de saúde ou UBS para atendê-los, faz com que a comunidade por não possuir um local adequado utilize a Escola Municipal Manuel Alves Monteiro para atendimentos médicos e ponto de vacinação uma vez ao mês, caso a comunidade precise de atendimento em outros dias é necessário ir até a cidade que fica a 5 km é preciso se deslocar a cidade para a compra de medicamentos disponíveis que nem sempre estão acessíveis na farmácia básica da cidade. Já rede de ensino da comunidade como citada antes é Municipal, a Escola Manuel Alves Monteiro foi construída em 1982 após ter o terreno doado por Barramina que sonhava com a comunidade tendo acesso a uma educação de qualidade, a escola é voltada para o fundamental 1, entretanto ainda não possui uma metodologia de ensino afrocentrada, os alunos se deparam com esse tipo de ensino quando projetos sociais trazem essa metodologia. Outra questão é a falta de transporte público acessível a comunidade, o ônibus disponibilizado é apenas para os alunos do ensino fundamental 2 e médio que precisam ir até a escola da cidade, aqueles que precisam está se deslocando para a cidade, precisam “se virar” com caronas, bicicletas, moto ou a pé.

**Figura 11:** Escola Manuel Alves Monteiro



**Fonte:** Disponibilizada por Edilene Alves Monteiro

Como se percebe a comunidade mesmo conseguindo benefícios a partir de projetos social e iniciativas privados ainda a muito o que se busca, mesmo tendo sofrido anos de apagamento histórico e social, a história da comunidade que ainda está em desenvolvimento já está sendo contada.

Essa nação nos deve muito, eu está aqui hoje é sinal de que eu sou neta e bisneta da negra que não conseguiram matar.

**(Edilene Monteiro Fernandes** – entrevista realizada no dia 30 de setembro de 2022, arquivo pessoal)

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história que atravessa a comunidade quilombola de Santa Rosa nos remonta como a nossa herança escravocrata passa “despercebida” aos olhos da história oficial. O silenciamento das narrativas e a pouca credibilidade que é atribuída muitas vezes a memória ancestral do povo negro, são macas de um racismo silencioso que carregamos a muito tempo. Fazendo referência ao conceito de Cida Bento “Pacto Narcisista da Branquitude” e colocando em voga na cidade de Boa Vista e a sua história, percebemos a redoma de vidro criada para afirmar que a cidade toda vive em uma democracia racial, mas esse conceito se quebra, quando existe uma comunidade remanescente quilombola com certa de 350 anos, e que só consegue ter seus direitos previamente assegurados a partir do reconhecimento em 2019, que democracia racial seria essa então? E como afirma a mesma:

A história dos quilombos, assim como a de muitos importantes levantes ou revoltas que ocorreram antes da abolição, forçando o fim da escravidão, é omitida na historiografia oficial. Isso pode ter ocorrido para não ferir a imagem de país da suposta democracia racial ou, ainda, para não reconhecer o protagonismo da população negra na história nacional. (p. 28-29)

Quando vemos então uma comunidade se organizar coletivamente levantando-se para buscar seus próprios direitos e contar a sua história a partir da memória se colocando como protagonista, ressignificamos aquilo que se tem por história oficial, pois está só vem a favorecer aos seus (homens e brancos) que se utilizam, novamente referenciando Cida Bento, do seu pacto com a branquitude para ocultar aquilo que não lhe é de interesse, deixando um rastro de desigualdade. Entender a sua própria história através da ancestralidade e consequentemente identifica-se a ela, e quando falo isso me refiro a identidade quilombola, que é aceita e tomada para si pela comunidade, faz a comunidade crescer em dimensões culturais, identitárias e sociais. O silenciamento é rompido pela comunidade e aquilo que é dito como oficial que sofre a tempos de uma amnésia coletiva, é forçado a inclui-los na história, mas não como aqueles sujeitos passíveis, escravizados, a margem, a qual era difícil de digerir, mas que se associado a esses adjetivos passam despercebidos em apenas alguns parágrafos de um livro histórico. Agora é ainda mais difícil digeri-los, pois estes se levantaram-se para contar e protagonizar a sua história, mostrando que os adjetivo que se qualifica a eles é de resistentes, e que sua contribuição na história não é apenas a escravização, que têm cultura, tem legado, tem tradição e tem sobretudo história.

Este artigo teve como foco apresentar a história do Quilombo de Santa Rosa, localizado no cariri paraibano, essas páginas descrevem desde o início até o tão sonhado reconhecimento, mas muito ainda tem a ser falado sobre a comunidade, sobre as suas tradições, antigas e as que estão sendo criadas, sobre cultura e sociabilidade, sobre as faltas que ainda permeiam a comunidade, entretanto, sinto – me contente em poder contar um pouco desse povo tão rico em força, sabedoria e resiliência.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Isaias Vitorino Batista de. **Fazendas e famílias: história da pecuária de Boa Vista-PB** / Isaias Vitorino de Almeida. João Pessoa: Ideia, 2022
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. São Paulo: Sueli de Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude** / Cida Bento. — 1aed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2022.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** / Gilberto freire; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. - 51º ed. Ver. - São Paulo: Global, 2006.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombolas e movimentos** / Beatriz Nascimento; organização de Alex Ratts. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2021;
- NEOENERGIA/BIODINÂMICA. **Linha de Transmissão 500 KV Santa Luzia II – Campina Grande III: Estudo do Componente Quilombola das CRQs Serra do Talhado e Santa Rosa**. Rio de Janeiro, 2019
- NEOENERGIA/BIODINÂMICA: **Com ações sociais e ambientais, companhia contribui com promoção do resgate e do fortalecimento da cultura no Sertão da Paraíba**. Disponível em: <https://www.neoenergia.com/pt-br/sala-de-imprensa/noticias/Paginas/comunidades-quilombolas-na-regiao-nordeste.aspx> Acesso em 16 de maio de 2023
- PROCASE: **Procase auxilia comunidade quilombola em Boa Vista na criação da Associação local**. Disponível em: <https://www.procase.pb.gov.br/single-post/2017/04/06/procase-auxilia-comunidade-quilombola-em-boa-vista-na-cria%C3%A7%C3%A3o-da-associa%C3%A7%C3%A3o-local> Acesso em 16 de maio de 2023
- PROCASE: **Procase realiza III Intercâmbio Quilombola entre as comunidades apoiadas pelo Projeto**. Disponível em: <https://www.procase.pb.gov.br/single-post/2017/11/29/procase-realiza-iii-interc%C3%A2mbio-quilombola-entre-as-comunidades-apoiadas-pelo-projeto> Acesso em 16 de maio de 2023
- QUILOMBOS DA PARAÍBA. **A comunidade negra de Santa Rosa na espera da certidão de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares. Nas trilhas da luta pelo reconhecimento étnico quilombola da Comunidade Rural Santa Rosa em Boa Vista-PB: Um pouco do histórico da comunidade, através de relatos dos moradores e moradoras mais antigos**. Cibelle Jovem Leal, Paraíba 12 dezembro 2018. Disponível em: <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/2018/12/a-comunidade-negra-de-santa-rosa-na.html> Acesso em 16 de maio de 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** / Tomaz Tadeu da Silva (org), Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOARES, Francisco de Assis Ouriques. **Boa Vista de Santa Roza: de fazenda à municipalidade** / Francisco de Assis Ouriques Soares. Campina Grande: Epgraf – Eq. Editorial e Serv. Graficos Ltda, 2003.

## AGRADECIMENTOS

A realização dessa pesquisa foi um trabalho árduo, não só pelo conteúdo, mas pela guerra interna que sofria comigo mesmo, não saber o futuro que me aguardava após a defesa, junto aos dilemas pessoais e crises que a vida adulta pode trazer, faz com que eu comece os agradecimentos me parabenizando, por ter conseguido superar todos os obstáculos e concluído essa etapa tão importante da minha vida. Mas com toda certeza não teria conseguido tal façanha sem a minha rede de apoio, construída durante toda essa trajetória do curso de História, a principal o meu eterno “Só nós - Betânia, Bianca, Amanda e Karen” essas são verdadeira definição de que amizade não é medida por idades, estilos ou distância. A Wallison, que tanto me ajudou, me ouviu e me acompanhou não só caminho para a universidade dentro do ônibus de estudante, mas na vida. A Keine, Wellington e Wesley, que me acolheram na xerox, e me proporcionou não só um emprego, como uma grande amizade. A todos os professores que me inspiraram e mostraram que todo conhecimento é válido e deve ser compartilhado. Hilmária, que me orientou e direcionou com toda a sua leveza. Ofélia, e Alcino que foram de grande influência para a escolha do tema com o projeto de extensão terra, assim como Cibelle que também me orientou, e me ajudou no início da pesquisa. Edilene, quem abriu as portas da sua casa e me acolheu e confidenciou sua história de vida e de luta. A minha mãe e meu pai, que fizeram o possível para me proporcionar uma boa educação e ter sua filha formada em uma universidade pública, e a todos os meus amigos e familiares que mesmo não citando todos os nomes foram lembrados com carinho.